

Para longe das residências

Fabiana Tahan

Da equipe do **Correio**

A permanência de boates em áreas residenciais, de uso misto e nos comércios locais de Brasília agora depende da caneta do governador Joaquim Roriz. Projeto de lei aprovado, na última quinta-feira, pela Câmara Legislativa proíbe a concessão ou renovação de alvará de funcionamento das casas noturnas localizadas nesses locais. A decisão dos deputados distritais ainda vai passar pelo crivo de Roriz, que pode sancionar ou vetar o projeto.

O projeto de autoria do deputado César Lacerda (PTB) foi recebido com surpresa pelos comerciantes, que prometem não ficar parados caso a lei seja sancionada pelo governador. "Será uma briga sem fim. Alguém tem que pagar pelos prejuízos dos

investimentos feitos, porque esse projeto é um absurdo", indigna-se César Gonçalves, presidente do Sindicato de Bares e Restaurantes do Distrito Federal.

Gonçalves vê a decisão dos distritais com desconfiança. "É bastante suspeito só permitir a localização de determinados tipos de estabelecimentos nos centros comerciais, que são propriedade de grandes empreendedores", questiona. Na sua opinião, o projeto aprovado na última quinta-feira, vai elitizar o comércio. "Os micro e pequenos empresários só têm como opção no mercado essas áreas que agora estão proibidas. Se o governo acha que a localização é irregular, deveria primeiro criar alternativas e não problemas."

O deputado César Lacerda argumenta que agiu de acordo com as leis de tombamento de Brasília e em favor da população. "Os co-

mércios foram feitos para servir aos moradores daquele setor com padarias, lojas e farmácias. Não para boates", defende. "O Setor de Diversões Sul e Norte deveriam abrigar essas casas noturnas", sugere. Segundo o deputado, já foram colhidas mais de duas mil assinaturas de moradores contra a permanência de boates em quadras comerciais.

Para o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB), a preocupação de Lacerda quanto ao tombamento da cidade é pertinente, mas a questão deveria ser debatida com mais profundidade. "O projeto foi votado em uma sessão extraordinária, sem oportunidade de discussão", argumenta. Para Rollemberg, que votou contra o projeto, somente a elaboração de um Plano Diretor Local (PDL) para Brasília resolveria essa e outras questões que ferem o tombamento da capital.